

Dossiê

Diversidade cultural/
sexual e de gênero

tríade
comunicação, cultura e mídia

Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a “Primavera Feminista” brasileira

Graciela Natansohn

Universidade Federal da Bahia [UFBA], Salvador, BA, Brasil.
Contato com o autor: graciela@ufba.br.

Josemira Silva Reis

Universidade Federal da Bahia [UFBA], Salvador, BA, Brasil.
Contato com o autor: josemirareis@gmail.com.

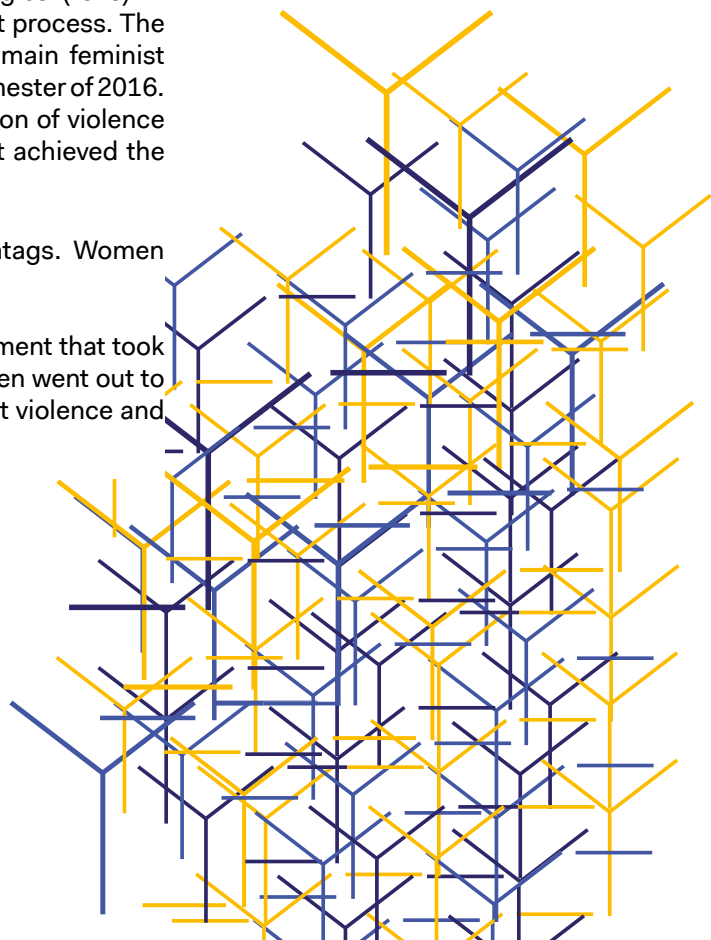
Resumo: Em 2015, várias pautas feministas tomaram visibilidade nos espaços digitais brasileiros de sociabilidade, quando milhões de hashtags chamaram a atenção para questões como feminicídio, assédio sexual, criminalização do aborto, entre outros dilemas sociais que afetam as mulheres no país. De acordo com o Google Trends, campanhas como #primeiroassedio, #meumigosecreto e #mulherescontracunha tiveram mais de 11 milhões de buscas naquele ano. E termos como feminismo e empoderamento feminino tiveram, respectivamente, suas pesquisas aumentadas em 86,7% e 354,5% respectivamente, neste mesmo buscador. Este trabalho almeja refletir sobre as novas expressões dos feminismos a partir da popularização das Tecnologias de Informação Comunicação (TIC) no Brasil, bem como identificar as tensões que decorrem desse processo. O procedimento metodológico envolveu a análise temática das principais campanhas feministas indexadas por hashtags entre 2015 e o primeiro semestre de 2016. Os resultados mostram que as campanhas focadas na discussão da violência contra as mulheres, especialmente a violência sexual, foram as que mais alcançaram visibilidade durante o período de investigação.

Palavras-chave: Primavera das Mulheres. Ciberfeminismos. Hashtags feministas. Mulheres e TICs.

Abstract: How many hashtags does it take to build up a movement? What the Primavera feminista* can tell us. In 2015 several feminist claims became visible in the Brazilian digital spaces of sociability, when millions of hashtags drew attention to issues such as femicide, sexual harassment, abortion criminalization, among other social dilemmas that affect women in the country. According to Google Trends, campaigns such as #primeiroassedio, #meumigosecreto and #mulherescontracunha had more than 11 million searches in that year. And terms such as feminism and female empowerment had their searches increased about 86.7% and 354.5%, respectively, in the same site. This work aims to reflect on the new expressions of feminisms from the popularization of Information and Communication Technologies (ICTs) in Brazil, as well as to identify the tensions that come up with that process. The methodological procedure involved thematic analysis of the main feminist campaigns indexed by hashtags, between 2015 and the first semester of 2016. The results show that the campaigns focusing on the discussion of violence against women, especially sexual violence, were the ones that achieved the most visibility during the investigation period.

Keywords: Feminist Spring. Cyberfeminisms. Feminist hashtags. Women and ICTs.

* Primavera feminista (feminist Spring) refers to a social movement that took place in Brazil, in November 2015, in which thousands of women went out to the streets, claiming for gender equality and protesting against violence and oppression.



1. Introdução

A segunda década do século XXI viu emergir um novo tipo de mobilização de massa mais multicêntrica e capaz de abrigar uma diversidade jamais noticiada de estéticas e discursos – muitos deles até mesmo contraditórios. Esse novo jeito de protestar tem sido muitas vezes transportado e amplificado principalmente por dispositivos móveis de comunicação (smartphones, tablets e tantos outros) e pelos sítios de redes sociais (principalmente Twitter, Facebook e Youtube). Desde o levante no mundo árabe, passando pelos movimentos *occupy*, movimento de indignadas na Espanha e a ocupação da Praça Taskim, na Turquia, apenas para citar alguns exemplos, por onde tais fenômenos emergem um rastro de instabilidade política tem se delineado na maior parte das vezes.

Embora não caiba a este artigo o aprofundamento sobre discussões (altamente pertinentes) acerca do processo de emergência do fenômeno do ciberativismo¹ e suas implicações para o fazer democrático, esta temática é aqui evocada para ilustrar o papel expressivo que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm desempenhado para colocar em visibilidade os movimentos sociais e processos de associativismo civil, bem como a necessidade de análises mais críticas acerca de tais dinâmicas sociais contemporâneas. O fato é que, se essa nova configuração sociotécnica tem gerado uma série de incertezas acerca da qualidade política, econômica e cultural dessas dinâmicas, também é verdade que ela mesma tem contribuído para a inserção, visibilidade e articulação de grupos cujas vozes antes eram solapadas e totalmente relegadas a uma espécie de limbo social. Especialmente nos últimos anos, este processo parece ter sido plenamente assimilado pelos diversos grupos de mulheres que têm se apropriado e dado às tecnologias digitais novos significados com vistas à problematização dos diversos dilemas sociais que lhes acometem.

Ainda que não possamos falar objetivamente em marcos temporais quando tratamos de processos sociais, é possível localizar o ano de 2015 como um exemplo emblemático da capacidade de mobilização nacional alcançada por mulheres em rede, quando diversas iniciativas de mobilização e solidariedade surgiram ou se consolidaram, sobretudo através dos sítios de redes sociais como Facebook. Indique uma Mina (mais de 96 mil perfis associados), Clube da Alice (mais de 133 mil perfis), Vamos Juntas? (cerca de 453 mil likes), ilustram bem as dinâmicas desses novos agrupamentos². No Twitter, mais de meio milhão de *hashtags* foram produzidas para discutir temas como feminicídio, legalização do aborto, violência sexual, dentre outras questões. Já no Youtube³, vídeos como *Survivor*, da cantora Clarice Falcão, e Não tira o batom vermelho, sobre relacionamentos abusivos, do canal JoutJout Prazer, tiveram dois e 1,6 milhões de visualizações naquele ano, respectivamente.

Mas, antes que apressadamente enquadremos os processos ocorridos em 2015 como

1 O termo ciberativismo aqui assume sua abrangência mais ampla, referindo-se a toda e qualquer forma de uso das TICs por parte de grupos civis para fins de ação coletiva.

2 Conferir em Mina (2017), Juntas (2015) e Alice (2014).

3 Conferir em Clarice (2015) e Prazer (2015).

ativismo de sofá ou *slacktivism* (ativismo preguiçoso, feito sem grandes esforços), é importante recordar que, neste ano, muitas energias e discussões estabelecidas através das redes digitais também converteram-se em ações que tomaram as ruas do país. Em outubro de 2015, mais de 15 mil mulheres marcharam para protestar contra o então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, e o projeto de lei que pretende, dentre outras coisas, dificultar o acesso legal ao aborto em caso de estupro. No campo das lutas populares feministas, a Marcha das Margaridas, que tradicionalmente ocorre em Brasília e reúne mulheres agricultoras, indígenas, quilombolas e sindicalistas, tornou-se em 2015 a maior mobilização de mulheres da América Latina, com adesão de cerca de 70 mil pessoas. E em novembro desse ano, é a vez do Planalto ser ocupado por mais de cinquenta mil participantes da Marcha das Mulheres Negras, ato que rendeu mais 33 mil tweets, segundo pesquisa divulgada pela Organização não governamental (BELLO, 2015), responsável também pela campanha⁴ #primeiroassedio, uma das com maior repercussão nacional na época.

A hashtag #primeiroassedio foi lançada em resposta à série de comentários pedófilos destinados a Valentina Schulz (12 anos), participante da primeira edição do programa de competição gastronômica Masterchef Junior, da TV Bandeirantes. Através da campanha, a instituição incentivou mulheres a compartilharem suas experiências de primeiro assédio, para mostrar que o caso de Valentina não era algo absolutamente isolado. Os resultados foram muito rápidos: cerca de 82 mil tweets foram gerados em menos de cinco dias. Desses, um universo de 3.111 posts mencionava a idade de suas autoras quando do primeiro evento de assédio sexual sofrido. A média de idade levantada nesta amostra foi de 9,7 anos⁵, o que gerou discussão nas diversas esferas públicas midiáticas.

Mas a reverberação da campanha não parou por aí. Segundo o Google Trends, a hashtag #primeiroassedio teve mais de 11 milhões de buscas⁶, o número de denúncias de violência contra a mulher, através do disque-denúncia, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, cresceu em 40% com relação ao ano de 2014. Mais: as buscas no Google por termos como feminismo e empoderamento feminino cresceram, respectivamente, 86,7% e 354,5% no período. A mobilização online foi tão surpreendente e em diversas frentes que a mídia batizou o ano de 2015 como a Primavera das Mulheres⁷, em alusão à Primavera

4 O termo neste trabalho assume o sentido atribuído por Charles Tilly (2010), para quem campanhas correspondem a uma “série coordenada de episódios envolvendo reivindicações coletivas semelhantes sobre alvos semelhantes ou idênticos” (p. 121, tradução nossa). A campanha articula ao menos três elementos: um grupo de demandantes, algum(s) alvo(s) de demanda e algum tipo de público.

5 Entretanto, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sugerem que a realidade é bem mais expressiva que o resultado obtido pela amostra da campanha: das 500 mil mulheres que são vítimas de estupro por ano no Brasil, 70% são crianças e adolescentes – sendo 51% menores de 13 anos (BBC, 2015).

6 Conferir em Trends (2015).

7 Conferir em Grillo et al. (2015).

Árabe⁸.

Todo esse processo de emergência do ativismo de mulheres em rede é possível que seja reflexo de uma outra tendência macro, que reflete os dados de aumento da presença feminina na internet brasileira. Desde 2012, mulheres já contabilizam maioria em acesso. Segundo pesquisa do IBOPE, de 2015, elas totalizariam cerca de 53% dos usuários de internet no país, números compatíveis com o consumo de smartphones - 52% de usuárias – e games – 52,6% ((BLEND NEW RESEARCH; ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING; SIOUX, 2017).

Entretanto, a literatura feminista que se debruça sobre a temática das relações entre mulheres e tecnologias (CASTAÑO, 2005; JENSEN, 2009; MISKOLCI, 2014; NATANSOHN, 2015; WAJCMAN, 2006), sugere a necessidade de análises mais criteriosas acerca de fenômenos sociotécnicos contemporâneos e as relações de poder que eles circunscrevem, sobretudo no âmbito das relações de gênero. Wajcman (2006), oportunamente, a partir de um enfoque tecnofeminista, lembra que a internet foi historicamente construída sob prerrogativas androcêntricas. Partindo da noção de cultura digital, de Manuel Castells, a autora lembra que a própria gênese da internet está atrelada à agência de militares, empresas de capital de risco, acadêmicos e hackers, todos segmentos sociais controlados eminentemente por homens brancos e falantes de língua inglesa. O enfoque tecnofeminista que nos interpela para esta análise entende que relações de gênero afetam tanto o desenho e desenvolvimento de TICs quanto a sua difusão, uso e apropriações (WAJCMAN, 2006). A trama sociotécnica está assentada numa aliança sólida entre tecnologia e masculinidade hegemônica - observe-se que poucos trabalhos problematizam o lugar da tecnociência na produção de masculinidades.

Este artigo, imbuído destas problemáticas e outras que as atravessam, coloca sua atenção especialmente sobre algumas das controvérsias suscitadas pela emergência das principais campanhas feministas, amplificadas nas mídias sociais, via *hashtags*, e que assumiram visibilidade ao longo do ano de 2015 e primeiro semestre de 2016. Interessa-nos, especialmente, a partir dos dados obtidos, refletir sobre as oportunidades e ameaças que se colocam à consolidação de novos movimentos feministas, em face da nova ordem sociotécnica contemporânea, que tem nas novas TICs importantes mediadoras dos processos políticos, econômicos e culturais globais (JENSEN, 2009). Neste sentido, cabe uma breve recuperação dos processos históricos que envolvem a democratização/exclusão do acesso às tecnologias por parte das mulheres, bem como os importantes investimentos feministas no sentido de fazer avançar esta condição.

O corolário teórico a ser articulado nas próximas seções tem por objetivo auxiliar-nos nas inferências realizadas a partir da apreciação dos dados coletados e sumarizados na segunda

8 A Primavera Árabe foi uma série de levantes populares ocorridos em países árabes, a partir de 2010, coordenados por civis através de redes sociais como Twitter e Facebook, que derrubou governos na Tunísia, Egito, dentre outros. Tais levantes ainda deflagraram uma série de protestos multitudinários no ocidente – movimentos como 15-M, Occupy etc. Para mais detalhes, vide Castells (2012).

parte deste artigo. Com isso, esperamos, ainda que parcialmente, poder contribuir para as discussões que têm norteado o debate acadêmico acerca dos novos feminismos que emergem a partir da apropriação das novas TICs por mulheres ativistas em nosso tempo.

Neste artigo vamos mostrar resultados da pesquisa desenvolvida entre os meses de fevereiro e abril de 2017 com o objetivo de identificar as principais *hashtags* produzidas por mulheres, que ocuparam o debate midiático e público na internet brasileira ao longo do ano de 2015 e primeiro semestre de 2016. Os dados apresentados sugerem que a preocupação com a violência sexual tem sido o principal foco do ativismo online, assim como as reivindicações pela autodeterminação sobre o corpo das mulheres, liberdade sexual e outras pautas que envolvem comportamentos associados ao gênero. Outras temáticas envolvendo mulheres fora do padrão hegemônico (trans, lésbicas, negras, indígenas) não apresentam, nesta pesquisa, resultados significativos. Os resultados permitem tecer hipóteses sobre os limites e oportunidades de criação de novos repertórios de ação coletiva suscitadas por essas interações sociotécnicas.

2. A organização de mulheres em redes multimodais

Paralelo ao desenvolvimento e incremento de novas TICs, bem como à ampliação do acesso à internet, redes transnacionais de mulheres vão se tornando mais robustas e trasladando-se às ruas e espaços públicos, ora na forma de ações internacionalmente coordenadas (Marcha das Mulheres⁹ e das Vadias são exemplos), ora na forma de movimentos locais e nacionais de amplo alcance, tais como Marcha das Mulheres Negras e das Margaridas.

Além disso, mulheres têm se organizado em torno de espaços seguros online (seja pela criação de grupos e listas de discussão, pela ocupação de espaços de visibilidade na rede, tais como Wikipedia e grandes meios de comunicação, pela criação de espaços para documentação colaborativa da violências de gênero ou pela organização em enxame para criar respostas efetivas para coibir os ataques de *haters*) e offline (conferências, oficinas, *hackatons*, *hacklabs*, *makerspaces*) e a partir da apropriação de ferramentas tecnológicas (chats, fóruns, redes sociais alternativas, listas de correio eletrônico e uso de *bots* para lidar com assédio, trolagens e perseguições misóginas) com vistas à instrumentalização/ ensino/ proteção/ circulação/ ampliação/ intercâmbio de experiências tecnológicas, afetivas, políticas e culturais (TACTICAL TECHNOLOGY COLLECTIVE, 2015).

Mais recentemente, o fenômeno da popularização dos sítios de redes sociais, sobretudo o fenômeno da hiperconexão mundial ocasionada por empreendimentos como Facebook, Twitter, Youtube - tem contribuído para a multiplicação de grupos e redes feministas, com sotaques e interesses tão distintos que chegam, por vezes, a divergirem ideologicamente, mas que tem encontrado no uso recursivo de *hashtags* possibilidades de congregação para processos comuns e igualmente conflitantes, e chances de pensar o feminismo nos interstícios de suas

9 A Marcha das Mulheres, por exemplo, ocorre desde 2000 e recentemente reuniu milhões de homens e mulheres em mais de 670 localidades do globo. Mais detalhes sobre a amplitude do evento, vide Mello (2017).

igualdades e diferenças.

A *hashtag* (do inglês *hash* = # + *tag* = etiqueta) é uma maneira de identificar e agrupar conteúdos, facilitando a pesquisa de informações correlatas. Para tanto, basta colocar o símbolo # adiante de alguma palavra-chave ou frase e ela irá automaticamente ser agrupada a todas as outras similares, utilizadas naquela plataforma digital. Este sistema de indexação surgiu no Twitter, em 2009, mas seu uso para fins de movimentação política massiva foi pela primeira vez documentado durante as eleições iranianas de 2009-2010¹⁰ (COSTA-MOURA, 2014).

No caso específico do ativismo feminista via internet, as *hashtags* têm gerado algumas das experiências mais bem-sucedidas de mobilização no campo, assumindo sentidos diversos. Elas ora contribuem para fazer pressão junto ao poder público no processo de tomada de decisões, ora servem para dar visibilidade a causas da militância, ora se traduzem em campanhas de conscientização no campo das relações de gênero, ora ajudam a sistematizar dados que referendem políticas públicas e, não menos importante, servem para promover encontros, partilhas de experiências e facilitar a solidariedade.

A próxima seção debruça-se justamente sobre esse novo e complexo cenário de construções semiótico-materiais dado pelas articulações em rede via *hashtags*, onde as tentativas abreviadas de sínteses se veem implodidas pelas tensões advindas do entrecruzamento polifônico das experiências de raça, classe, sexualidade, território, subjetividades e suas interações com os artefatos digitais contemporâneos, em suas múltiplas intencionalidades políticas, econômicas e culturais (HARAWAY, 2004).

3. O feminismo construído pelas *hashtags*: o que nos dizem os anos de 2015 e 2016

Esta segunda parte do artigo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida entre os meses de fevereiro e abril de 2017 e tem como objetivo identificar as principais *hashtags*, produzidas por mulheres que ocuparam o debate midiático e público na internet brasileira ao longo do ano de 2015 e primeiro semestre de 2016. A escolha do período de investigação justifica-se por ser este o intervalo de tempo em que se verificou a intensificação de campanhas amplamente reportadas nas mídias, corporativas ou feministas especializadas, e que culminaram com os protestos contra o estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro, realizado por 33 homens, filmado e divulgado no YouTube.

Nosso ponto de partida foi a busca exploratória no Google, personalizada a partir dos seguintes critérios: busca por notícias na web, produzidas entre 1 de janeiro de 2015 e 30 de junho de 2016, organizadas por data e com duplicações ocultadas¹¹, por termos como:

10 Em 2010 o Twitter lançou os *Trending Topics*, que rastreia os dez assuntos mais comentados em sua rede através das *hashtags* utilizadas no momento. Outras mídias sociais (Facebook, Instagram, Tumblr etc) também aderiram à prática. É importante observar que, para além da facilitação da busca sobre temas diversos em mídias sociais, as *hashtags* têm funcionado como poderosa base produtora de dados, auxiliando cientistas sociais e marketeiros a investigarem tendências nas sociedades.

11 Até o momento de realização do estudo, o Google disponibiliza uma seção chamada ferramen-

primaveradasmulheres, *hashtags*feministas, primavera feminista, campanhas feministas. Esta configuração retornou cerca de 200 resultados, sendo o termo primavera das mulheres o mais amplo (91 links de notícias) e *hashtags* feministas o termo de menor abrangência (13 notícias). Desse universo foram excluídas notícias que não fossem relacionadas à temática da mobilização de mulheres através do uso do referido sistema de indexação.

Assim, de posse do resultado obtido a partir dos critérios supracitados, foi realizada a leitura das matérias jornalísticas em questão, com vistas a levantar o máximo de campanhas possíveis executadas no período enquadrado pela nossa pesquisa. Esta primeira fase retornou um universo de 28 campanhas, pautadas pelos mais diversos veículos considerados pelo algoritmo do Google como sendo de notícias¹². A esse universo de amostra intencional, adicionou-se o de sites feministas noticiosos, mais precisamente a revista Az Mina, a ONG Think Olga e o instituto Geledés¹³, que fizeram com que a lista aumentasse para um total de 31 campanhas por *hashtags* realizadas ao longo de 2015 e primeiro semestre de 2016 e que foram reportadas pela grande mídia ou pelos sites especializados na temática feminista.

A análise quantitativa da incidência de tais campanhas no universo avaliado levou à exclusão de oito campanhas¹⁴ cuja aparição não ultrapassou mais que um veículo, tornando assim o impacto junto à opinião pública questionável, uma vez que mostraram-se como eventos episódicos, noticiados de modo isolado. Tal procedimento conduziu para uma lista mais coesa, de 23 campanhas, apresentada na Tabela 1, logo abaixo, e organizadas pelo critério de recorrência em duas ou mais mídias investigadas.

É importante salientar o caráter qualitativo desta pesquisa. Não foi intenção retratar aqui o enorme e complexo universo de *hashtags* feministas produzidas no referido período na vasta galáxia internet (CASTELLS, 2003). Interessa-nos, antes, identificar as campanhas mais populares, que tiveram maior visibilidade midiática e/ou aquiescência da opinião pública. Nosso pressuposto é o de que, ao olharmos para o que emerge como debate público é possível refletir, também, sobre o que é ocultado. Assim, ao lançar luzes sobre as principais temáticas feministas articuladas publicamente na sociedade brasileira, esperamos compreender, também, um pouco mais sobre as sombras que as mesmas projetam.

tas que permitiu a configuração aqui explicitada e considerada pelas autoras como mais adequada.

12 Neste resultado, por exemplo, não apareceram as mídias feministas digitais que, na presente década, têm se apresentado como importantes mediadoras comunicacionais para as ativistas do campo, tais como AZMina, Think Olga, Geledés, Blogueiras Feministas, dentre outras. Para uma discussão mais aprofundada sobre como os algoritmos dos Google têm criado categorias sociais pouco transparentes, ver Cheney-Lippold (2017).

13 Já a consulta realizada ao jornalismo feminista online e independente de grandes financiamentos corporativos, como é o caso de sites como AzMina e Think Olga, aparecem por estes se constituírem um dos principais sites sobre/para/feito por mulheres. Já Geledés é um dos portais mais antigos a discutir gênero no Brasil, principalmente com enfoque em mulheres negras e minorias.

14 São elas: #HomensRisque, #ElaFazHistória, #MaisAmorEntreNos, #NenhumaMenos, #ViajoSozinha, #MeaCulpa, JornalistasContraoAssedio e #ChegaDeSilencio.

Ainda que os dados não nos ofereçam argumentos conclusivos, eles consistem num primeiro esforço no processo de desenvolvimento de pesquisas específicas das autoras. Sendo assim, vejamos o que a Tabela 1 nos sugere:

Tabela 1: *hashtags* feministas, produzidas entre 2015 e primeiro semestre de 2016, mais reportadas pelo universo midiático investigado.

	<i>Hashtag</i>	Pleito da campanha
1	#AgoraÉQueSãoElas	Campanha em que jornalistas homens cederam espaço de suas colunas para que mulheres pudessem publicar textos feministas.
2	#NãoTiraoBatomVermelho	Contra relacionamentos abusivos
3	#Femicídio	Campanha em prol da aprovação da lei que inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
4	#ElesporElas (#HeforShe)	Convocação dos homens à luta contra o machismo.
5	#VamosJuntas?	Formação de redes solidárias para prevenção à violência contra mulheres em espaços públicos.
6	#MexeucomUmaMexeu-comTodas ¹⁵	Contra a violência sexual no transporte público.
7	#MeuAmigoSecreto	Denúncia dos comportamentos machistas cotidianos
8	#MamiloLivre (#FreeNipple)	Contra a censura indiscriminada feita pelo Facebook à publicação de imagens com mamilos.
9	#MulheresContraCunha	Contra o projeto de lei que endurece a penalidade para a prática do aborto, mesmo em caso de estupro.
10	#VaiTerShortinhoSim	Contra o <i>slut-shaming</i> ¹⁶ , a proibição do uso de roupas curtas em escola de Porto Alegre (RS)
11	#CarnavalSemAssedio	Contra assédio sexual no carnaval
12	#SomostodosMaju	Contra os ataques racistas à jornalista da TV Globo.
13	#SomostodosTaisAraujo	Contra os ataques racistas à atriz Taís Araujo, da Globo.
14	#SomostodosCrisViana	Contra os ataques racistas a Cris Viana, atriz da Globo.
15	#SomostodosSheronMenezes	Contra os ataques racistas a Sheron Menezes, da Globo.

15 É interessante notar que algumas *#hashtags* são reeditadas, de tempos em tempos, sob diferentes nomes. A *#MexeucomUmaMexeucomTodas* é um exemplo disso. Recentemente, a campanha voltou a circular quando da acusação pública ao ator global José Mayer de prática de assédio sexual, feita pela figurinista da Rede Globo, Susllem Tonani. No período de nossa pesquisa, no entanto, ela aparece como respostas coletivas a uma série de denúncias documentadas do assédio sofrido por mulheres nos transportes públicos em todo o país.

16 *Slutshaming* diz respeito a processos de culpabilização da mulher por se vestir ou se comportar de maneira que não equivalham às expectativas morais socialmente estabelecidas sobre ela.

16	#Enem2015 #EnemFeminista	Em apoio ou discordância ao tema da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que versava sobre violência contra as mulheres.
17	#PrimeiroAssedio	Em denúncia à naturalização do assédio sexual sofrido por mulheres desde a infância.
18	#EstuproNaoÉculpaDaVítima #QueroUmDiaSemEstupro #ContraaCulturadoEstupro	Em protesto ao estupro coletivo sofrido por uma adolescente de 17 anos, no Rio de Janeiro / Contra a cultura do estupro e da culpabilização de suas vítimas.
19	#Belarecatadaedolar	Contra a exaltação dos estereótipos que norteiam o modelo ideal de mulher na mídia.
20	#MarchadasMargaridas	Manifestação de trabalhadoras rurais por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.
21	#MarchadasMulheresNegras	Contra o racismo e opressões sofridas pelas mulheres negras
22	#Survivor	Em favor do resgate da autoestima feminina
23	#CarnavalSemAssedio	Contra a naturalização do assédio no carnaval

Fonte: Elaboração própria.

Os dados apresentados sugerem que a preocupação com a violência sexual¹⁷ (externada por campanhas como #VamosJuntas?, #MexeuComUmaMexeuComTodas, #PrimeiroAssedio, #ContraaCulturadoEstupro, #EstuproNaoEculpaDaVitima, #QueroUmDiaSemEstupro, #MulheresContraCunha) mostra-se como um dos temas de principal interesse público. Apesar de não serem dados conclusivos, é possível inferir que boa parte da mobilização em torno da temática da violência sexual no período investigado é reflexo da série de episódios, envolvendo mulheres que vieram à tona nas redes sociais e mídia no período (com destaque para a discussão do assédio na infância a partir dos comentários pedófilos sobre a participante do Masterchef Junior, e para o estupro coletivo sofrido por uma jovem carioca, de 16 anos, tornado público na internet por seus agressores¹⁸). Tais controvérsias mostram-se em consonância com dados societários nacionais, que colocam o Brasil como um dos países com maior número de casos de estupro (cerca de 527 mil pessoas/ano). Além da violência sexual, a violência psicológica é também alvo de debate acalorado nas redes, como sugerem as pautas levantadas por *hashtags*

17 Aqui, violência sexual assume a acepção prevista pela Lei Maria da Penha, na qual é “entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos” (BRASIL, 2006). Além da violência sexual, outras quatro formas de violência contra mulheres são tipificadas pela Maria da Penha: física, psicológica, moral e patrimonial.

18 Conferir em Rodrigues (2016).

como #MeuAmigoSecreto, #Survivor e #NãoTiraOBatomVermelho.

Outra temática bastante propagada nas redes, durante o período observado, foi o questionamento das expectativas e estereótipos difundidos pelas instituições sociais (escolas, família, igrejas, mídia, etc.) sobre o corpo e comportamento das mulheres, evidenciado, sobretudo, em discussões indexadas como: #BelaRecatadaEdoLar, #MamiloLivre e #VaiTerShortinhoSim.

Já a visibilidade de eventos como a #MarchaDasMulheresNegras, #MarchaDasMargaridas e #MulheresContraCunha mostram a capacidade de organização em rede atingida por alguns movimentos feministas nacionais e seu potencial de converter os debates das redes em ações coletivas, corroborando para a dissipação de discursos que insistem em criticar o ativismo feito por meios digitais e estabelecer distinções dualísticas e hierarquizantes acerca da efetividade das ações coletivas (real/virtual, online/off-line, ciberativismo/movimento social).

É importante notar a ausência da circulação de discussões que versam, de forma mais explícita, sobre temáticas em que mulheres transgênero, indígenas, lésbicas, dentre outras minorais subalternizadas, figurem como protagonistas. Ainda sobre protagonismo, cabe observar que muitas das iniciativas apresentadas na compilação foram deflagradas por militantes sem qualquer vínculo político institucional prévio ou prestígio dentro dos movimentos mais tradicionais. Tornou-se uma questão merecedora de atenção investigações que busquem analisar em que medida as TICs têm contribuído para inscrever novas atrizes políticas, que tipo de permanência elas estabelecem nos movimentos/coletivos que transitam e como tais agentes têm contribuído para reelaborar conceitos e práticas políticas.

4. Feminismos por *hashtags* primaveris

A série de dados estatísticos que norteiam a temática da violência de gênero e, especificamente, contra mulheres seria, por si só, motivo suficiente para suscitar discussões e mobilização popular nas diversas esferas públicas. Afinal, o Brasil é o quinto país onde mais mulheres são assassinadas no mundo, e cuja seletividade do feminicídio recai hiperbolicamente sobre mulheres negras¹⁹. Além disso, é importante lembrar que os altos índices de violência sexual refletem o medo de mais de 90% das mulheres no país de tornarem-se vítimas (OLIVEIRA, 2016).

Outro dado importante que pode ter contribuído para que as várias formas de violência contra mulheres figurem como a temática mais discutida nas redes é a ameaça potencial de retrocesso nos seus direitos, dada pelo recrudescimento do cenário político conservador e traduzida na tramitação de projetos de lei (PL) como o de número 5069, de 2013, que dificulta

¹⁹ Segundo comunicado da ONU Brasil, no país, “a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres(...) Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875 (...) Para o mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas” (ONUBR, 2016).

o atendimento médico a vítimas de estupro, dentre outras penalizações, e na resistência à incorporação de políticas voltadas para igualdade de gênero, tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) como nos planos subnacionais. Campanhas como #MulheresContraCunha20 e suas variações são reflexo disso, acreditamos.

Mas por que o mote da violência teria tanto a ver com a emergência das discussões femininas e feministas em rede no período aqui investigado? Em tempos de radicalização da experiência de externalização do eu pela internet (SIBILIA, 2008), a autonomia, agência e ampliação da visibilidade das múltiplas expressões de mulheres em rede se vê às voltas com ressignificações outras, traduzidas em proibições heteronormativas, que afloram por trolagens sexistas, ataques misóginos, divulgação não consentida de imagens íntimas e pela interdição algorítmica de seus mamilos, fluidos e práticas sexuais²¹. Noutras palavras, em sociedades marcadas pelo sexismo e pela gramática da heteronormatividade (MISKOLCI, 2014) a visibilidade de corpos dissidentes sempre irá flertar com a violência, que apresentando-se como um elemento ubíquo das relações de poder, requereria para seu combate problematizações mais assertivas, convertidas em projetos de mundo e não como um mal-estar difuso, que serve para acolher indiscriminadamente desde elaborações mais conservadoras como as mais progressistas.

5. Violência como mote para a construção de um novo movimento (ciber)feminista

Gonçalves e Pinto (2011) observam oportunamente que, mesmo com o aumento da visibilidade dos movimentos feministas impulsionada em grande parte pela popularização da internet e TICs, a agenda política de tais movimentos mudou muito pouco nos últimos 20-30 anos. Ainda se milita em prol de mais liberdade sexual, por maior autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos, contra a ditadura da beleza, dentre outras questões. Sobre este processo de reincidência das pautas feministas ao longo dos tempos, Nancy Fraser (2009) apresenta um pensamento provocador:

as críticas feministas de, por exemplo, assédio sexual, tráfico sexual e desigualdade salarial, que pareciam revolucionárias não faz muito tempo, são princípios amplamente apoiados hoje; contudo, esta mudança drástica de comportamento no nível das atitudes não tem de forma alguma eliminado essas práticas. E, assim, frequentemente se argumenta: a segunda onda do feminismo tem provocado uma notável revolução cultural, mas a vasta mudança nas *mentalités* não tem se transformado em mudança estrutural, institucional (FRASER, 2009, p. 13).

Para a autora, as críticas que reportam o sucesso relativo do feminismo na transformação da cultura em oposição a seu fracasso para alterar instituições, são parcialmente pertinentes na

20 À época, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi um dos autores do PL 5069.

21 O recente episódio de censura praticado pelo Facebook a postagens de ativistas pelo uso dos termos sapatão e travesti, ilustram bem as dificuldades que o ativismo praticado em mídias sociais corporativas tem enfrentado atualmente (PAIXÃO, 2017). Para um debate mais amplo sobre Facebook e censura, vide Lima (2014).

medida em que obscurecem processos mais complexos que, em sua visão, tem a ver com uma pernicioso simbiose que se formou entre o movimento pela libertação feminina e os esforços neoliberais orientados para a construção de uma sociedade de livre mercado.

Isto explicaria como pode ser que as ideias feministas, antes parte de uma visão radical de mundo, cada vez mais têm sido expressas em termos individualistas. Se antes feministas criticavam uma sociedade pró-carreirismo, agora aconselham as mulheres a se envolver mais nas carreiras. Um movimento que antes priorizava a solidariedade social e agora celebra empreendedores femininos. Uma perspectiva que antes valorizava o “cuidado” e a interdependência e agora encoraja o crescimento individual e a meritocracia (FRASER, 2013, online, tradução nossa).

Assim, o que na década de 1970 se estruturou como um movimento político capaz de formular um horizonte de luta pautado pela justiça social em suas três dimensões constitutivas – da redistribuição (dos recursos produtivos e da renda), da representação (construções simbólicas estabelecidas no campo da linguagem) e do reconhecimento (engloba as várias contribuições dos diferentes grupos sociais) -, sofreu ao longo dos tempos um intenso processo de fragmentação, onde o foco na esfera representativa da luta assumiu proporções que gerou sombras sobre os dois demais.

Deste modo, Fraser (2009) atenta para o risco do termo feminismo na atualidade tornar-se “um significante vazio do bem (semelhante, talvez, à ‘democracia’) que pode e será evocado para legitimar uma variedade de diferentes cenários, nem todos os quais promotores da justiça de gênero” (p. 17). O combate a esta perspectiva requereria esforços conjuntos, no sentido de construção de um movimento social forte, mais à esquerda e comprometido em resgatar e reeditar os princípios do que a autora chama de feminismo crítico.

Oferecendo um horizonte analítico distinto, mas igualmente crítico da ordem capitalista contemporânea, Heike Jensen (2009) argumenta que é necessário entender que as TICs desempenham importantes papéis em três principais esferas do poder: a comunicação, as relações de trabalho e na dinamização da globalização econômica. Assim, o combate às diversas formas de desigualdade, incluindo aí as violências de gênero, precisaria contemplar o enfrentamento efetivo destas arenas, de modo que:

1. Mulheres e grupos de homens subalternizados precisariam apropriar-se tanto da infraestrutura dos meios de comunicação, como da produção de conteúdos para a disseminação de informação e empoderamento;
2. Sendo as TICs um ramo poderoso das relações produtivas, é preciso encontrar formas de dirimir a segregação e hierarquia ocupacional entre homens e mulheres no mundo do trabalho tecnológico, tanto no campo da produção de hardwares como de softwares. Além disso, é necessário empreender esforços de mobilização transnacional em resposta à nova orientação econômico-produtiva, na qual a ubiquidade oportunizada pelas novas tecnologias faz com que indústrias se movam

rapidamente para espaços fornecedores de mão de obra barata, afetando de modo desigual a mulheres, indivíduos não brancos e não sindicalizados;

3. A compreensão de que as TICs desempenham papel central no desenvolvimento global da economia, requer questionamentos e respostas sistemáticas a perguntas tais como: quem são os responsáveis pela realização das pesquisas e pela política de desenvolvimento estabelecida nesta área? Qual o significado disso para mulheres e demais indivíduos marcados? E, principalmente, qual a melhor forma de participar neste processo?

Segundo esta autora, as elaborações feministas contemporâneas têm se mostrado túbias acerca dos dois segundos pontos, concentrando esforços, tanto teóricos como de mobilização, em torno da dimensão comunicativa, sobretudo no que diz respeito à produção de conteúdos na internet. Contraditoriamente, na construção de movimentos de mulheres a partir de plataformas online corporativas, a exemplo do Facebook, Twitter, etc, reside uma enorme ambiguidade. Tais mídias, apesar de terem desenvolvido papel crucial na visibilidade das lutas feministas têm, reflexivamente, gerado novos riscos às militantes, dadas as possibilidades de vigilância implícitas em seus códigos pouco transparentes, as condições nebulosas com que são construídas as políticas de uso e os serviços de seus buscadores, cuja monetarização da visibilidade dos conteúdos, certamente, obscurece informações acerca dos movimentos sociais menores e locais.

Na visão de Jensen (2009), a saída para a construção de um movimento feminista forte requereria o emprego de uma perspectiva crítica sistêmica que, ao invés de priorizar aspectos relacionais de ordem micro ou macro, penhore esforços no sentido de borrar os limites dualísticos dos fenômenos políticos e destituir o estatuto moderno da militância, construído eminentemente sob prerrogativas androcêntricas, pastorais e bélicas (SOUZA, 1999). Nesse sentido, é importante observar o caráter ambíguo que a defesa por grandes temas consensuais (como a luta contra a violência de gênero, pela liberdade sexual e autonomia feminina) nos coloca e o quanto eles nos convocam à luta pela igualdade mais que pela diferença.

Alessandra Aldé e João Santos (2014), ao refletirem sobre movimentos sociais em redes policêntricas - especialmente sobre movimentos formados a partir das convocações por mídias sociais, como as manifestações de junho de 2013, no Brasil -, afirmam que a integração de grupos cujos interesses e pautas são internamente tão distintos dar-se-ia através da “criação de ideias e símbolos que permitam coalizões rápidas para insurgências conjuntas contra opositores em comum” (p. 4). Tais símbolos, contudo, precisam ser flexíveis e adaptáveis a diversas situações. Assim, como bem resumem estes autores, “slogans, aforismos ou uma ideologia compartilhada atuariam neste sentido, colocando a união a despeito de diferenças como ponto importante para o crescimento” (ALDÉ; SANTOS, 2014, p. 4).

Essa problemática, da formação de grandes consensos em detrimento das especificidades e urgências internas, remete-nos a outra antiga e controversa discussão feminista sobre a opção pela construção de um movimento fundamentado pela igualdade (nessa perspectiva a

violência de gênero é um problema que nos afeta a todas e, portanto, é necessário nos unirmos para combatê-la a todo custo) ou pela diferença (a violência é um problema que nos afeta a todas, mas que se manifesta de distintas formas a partir das marcações de raça, orientação sexual, territorialidade, classe, dentre outras que manifestamos no mundo, e por isso precisa ser combatida de formas distintas). Este não é um debate tão simples, uma vez que, a depender da situação, qualquer uma das opções irá apresentar potencialidades e restrições. Entretanto, é a partir da diferença que encontramos método coerente com nossa proposta de construção de um movimento feminista crítico, capaz de enxergar de forma não estanque dimensões macro e micro, já que é nos sujeitos que tais diferenças estruturais operam reflexivamente.

6. Considerações finais

Buscamos neste trabalho refletir sobre as transformações contemporâneas vividas pelos movimentos de mulheres em face do fenômeno da proliferação de novas tecnologias de comunicação e informação na atualidade, mais especificamente sobre os limites e oportunidades que a criação de novos repertórios de ação coletiva essas interações sociotécnicas suscitam. Por um lado, é possível perceber uma série de ganhos no processo de organização de tais movimentos em rede, na medida em que potencializam aspectos associativos importantes no que diz respeito à sua capacidade de gerar grande impacto junto à opinião pública, de incluir um número expressivo de novas militantes, de se organizar e coordenar ações ubiquamente, de elaborar novas táticas de ação a partir da apropriação tecnológica, do poder de criação de esferas públicas locais, nacionais e transnacionais, da produção em rede de novas materialidades simbólicas, e a ampliação do espectro de parceria entre instituições e agrupamentos ligados à temática de gênero. Por outro lado, diversos desafios continuam indefinidos, tais como a permanência de suas novas participantes na militância, a continuidade da produção de impactos e influência junto à opinião pública, a capacidade de suas integrantes atualizarem demandas antigas, em face de novas configurações sociotécnicas (JENSEN, 2009) e, sobretudo, da habilidade de conversão de perspectivas difusas em projetos políticos explícitos, subjacentes e interseccionais.

Ao resgatarmos o conceito de redes policêntricas, proposto por Luther Gerlach no estudo dos movimentos da década de 1970, Aldé e Santos (2014) pontuam alguns problemas dessa nova configuração de articulação via redes, cujas fronteiras seriam instáveis e pouco definidas devido a fatores diversos (divergências ideológicas, metodológicas, de objetivos, competição interna, clivagens pré-existentes e o poder pessoal de determinados indivíduos). Assim, ainda que essas redes possibilitem “que atores de perfil e objetivos variados, com algum interesse em comum, possam encontrar respaldo e possibilidade de participação em prol da mesma causa” (ALDÉ; SANTOS, 2014, p. 3), as instabilidades dadas pelas divergências e dinâmicas internas, rapidamente estabelecidas e transformadas, favoreceriam a emergência de dissidências e criação de subgrupos. É esse processo de fratura que se coloca como grande desafio de

enfrentamento dos feminismos na atualidade, para a construção de um movimento forte e ao mesmo tempo capaz de acolher as diferenças e engendrar transformações integrais, tanto no plano da representação, redistribuição e do reconhecimento (FRASER, 2009). Assim, o resgate histórico crítico por parte das militantes desta época pode se constituir uma boa estratégia para restaurar miopias parciais do passado e projetar a reagregação do social (LATOURE, 2012), a partir de suas margens e diferenças, e não de seus sujeitos universais, objetivos e autoinvisíveis (HARAWAY, 2004).

Referências

ALDÉ, Alessandra; SANTOS, João. As manifestações de junho: estratégia em rede para resistência civil. In: **XXIII Encontro Anual da Compós** (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), Belém, Universidade Federal do Pará, 2014.

ALICE, Clube da. **Sobre Clube da Alice**. [S.l.], 2014. Informações postadas em página oficial no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/clubedaaliceoficial/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 abr. 2017.

BELLO, Luíse. **Uma Primavera sem fim**. Think Olga, São Paulo, 18 Dez. 2015. Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>. Acesso em: 27 jul. 2017.

BBC, Brasil. **#PrimeiroAssédio: Maioria de internautas sofreu 1º abuso entre 9 e 10 anos. Delas iG**, 2015. Disponível em: <http://delas.ig.com.br/filhos/2015-10-28/primeiroassedio-maioria-de-internautas-sofreu-1-abuso-entre-9-e-10-anos.html>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BLEND NEW RESEARCH; ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING; SIOUX. **Pesquisa Game Brasil 2016**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/29fc6b_fd93f81c8ae945ec9aebb55fcacb8ad0.pdf. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

CASTAÑO, Cecilia. **Las mujeres y las tecnologías de la información**. Internet y la trama de nuestra vida. 1.ed., Madrid: Alianza, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet**. 1.ed. Madrid: Alianza, 2012.

CLARICE, Falcão. **Clarice Falcão - Survivor**., 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NlxFf40Lqx4>. Acesso em: 22 fev. 2017.

COSTA-MOURA, Fernanda. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 17, ago. 2014.

FRASER, Nancy. **How feminism became capitalism's handmaiden**– and how to reclaim it, *The Guardian*, 10 out. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentis-free/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>>. Acesso em: 22 set 2017.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, jul./dez, 2009.

GONÇALVES, E; PINTO, J. Reflexões e problemas da Transmissão intergeracional no feminismo brasileiro. **CadernosPagu**, Campinas, n.36, jan./jun, 2011.

GRILLO, Cristina et al. A primavera das mulheres: uma nova geração de ativistas toma as ruas e as redes sociais - e cria o movimento político mais importante do Brasil na atualidade. **Época online**, 2015. Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>. Acesso em: 24 fev. 2017.

HARAWAY, Donna. **Testigo_Modesto@Segundo_Milenio. HombreHembra(c)_Conoce_Oncorotón(R)**. Barcelona: UOC, 2004.

IBOPE. No Brasil mulheres são 53% dos internautas. **Ibope**, 2015. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/No-Brasil,-maioria-dos-internautas-s%C3%A3o-mulheres-.aspx>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

JENSEN, Heike. **Reseña, crítica y recomendaciones en relación con la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información**. In: MARTINEZ BARRIENTOS, Felix. KnowHow y ciudadanía, nuevas tecnologías de la comunicación y la acción de las mujeres en el siglo XXI. UNIFEM, Universidad Autónoma de México, México: 2009.

JUNTAS, Movimento Vamos. Sobre Movimento Vamos Juntas. [S.l.], 2015. Informações postadas em página oficial no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/movimentovamosjuntas/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 abr. 2017.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. 1.ed. Salvador/Bauru: Edufba/ Edusc, 2012.

LIMA, Wilhelm R. M. **FACEBOOK: Casos de censura no Brasil**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Jornalismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

MELLO, Patrícia Campos. Marcha das Mulheres reúne milhares contra Trump em todo o mundo. **Folha de São Paulo online**, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/01/1851963-marcha-das-mulheres-reune-milhares-contr-trump-em-washington.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2017.

MINA, Indique Uma. **O que é o Indique uma Mina?**. [S.l.], 2017. Informações postadas em página oficial no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/indiqueumamina/photo/s/a.257723731252753.1073741828.249155962109530/349151562109969/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MISKOLCI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas

masculinas criadas por mídias digitais. **Bagoas— Estudos gays: gêneros e sexualidades**. Natal, vol.8, n.11, jul/dez. 2014.

NATANSOHN, Graciela. Por uma agenda feminista para internet e as comunicações digitais. In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago (Org.). **No Emaranhado da Rede - gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2015.

OLIVEIRA, Grazielle. Apenas 35% dos casos de estupro no Brasil são notificados. *Época online*, 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/apenas-35-dos-casos-de-estupro-no-brasil-sao-notificados.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. **ONUBR**, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em: 11 abr. 2017.

PAIXÃO, Mayara. Blogueira feminista é censurada pelo Google após ataques orquestrados. **Pragmatismo Político**, 2017. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/01/blogueira-feminista-censurada-google-ataques-orquestrados.html>. Acesso em: 19 fev. 2017.

PRAZER, Jout Jout. **Não tira o batom vermelho**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>. Acesso em: 22 fev. 2017.

RODRIGUES, Matheus. Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados. **G1**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de-estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.html>. Acesso em: 11 abr. 2017.

SIBILIA, Paula. **O Show do EU: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA, Nelson R. A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, n 12, 1999.

TACTICAL TECHNOLOGY COLLECTIVE. Zen and the art of making tech work for you. Set./Dez. 2015. Disponível em: https://gendersec.tacticaltech.org/wiki/index.php/Complete_manual/es. Acesso em: 07 mar. 2017

TILLY, Charles. Movimentos sociais como Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, , 2010.

TRENDS, Google. Meu primeiro assédio - Quando um momento na TV vira uma campanha nacional. **Google Trends**, 2015. Disponível em: https://trends.google.com/trends/story/BR_cu_Awe0NVEBAADmsM_en. Acesso em: 24 fev. 2017.

WAJCMAN, Judith. **El Tecnofeminismo**. Madrid: Cátedra, 2006.